Assembleia Geral – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Chairs: Julia Coatti Saddy, Carolina Salles de Barros Lati e Rafaela Coutinho Marques Machado e Silva

1. Introdução ao comitê:

Bem-vindo ao "Fundo das Nações Unidas para a Infância"! Este comitê vai focar nos direitos básicos das crianças, como o direito à educação e à proteção contra a exploração no trabalho. Em um mundo onde as crianças sofrem mais com os conflitos, nosso objetivo é garantir que elas não sejam esquecidas nas discussões internacionais. O UNICEF tem trabalhado incansavelmente para promover os direitos da infância, proteger as crianças de abusos e garantir que todas tenham acesso a uma vida digna, independentemente de sua origem ou contexto. As crianças representam o futuro da humanidade, mas, infelizmente, elas estão entre os grupos mais vulneráveis em tempos de guerra, pobreza e desigualdade social. De acordo com relatórios globais, milhões de crianças estão sendo privadas de seus direitos fundamentais, como o acesso à educação de qualidade, cuidados médicos adequados, e proteção contra abusos, trabalho infantil e tráfico.

Neste comitê, os delegados terão o desafio de abordar questões como a proteção das crianças em zonas de conflito, o combate ao trabalho infantil, o acesso universal à educação, e as políticas de saúde voltadas para a infância, especialmente em países em desenvolvimento. As soluções propostas precisarão equilibrar as realidades políticas e econômicas de cada nação, levando em consideração as capacidades financeiras e as

políticas públicas de cada Estado-membro da ONU. Países com maior infraestrutura educacional, como os da Europa Ocidental e da América do Norte, podem ser chamados a apoiar nações em desenvolvimento, oferecendo recursos ou expertise técnica para melhorar a qualidade do ensino e a proteção das crianças. Nós, organizadores do CSAMUN, acreditamos muito em criar um ambiente inclusivo e educacional, onde as pessoas possam discordar de forma respeitosa.

1.1. Tópico 1: Acesso à Educação Infantil para Refugiados

O acesso à educação infantil para crianças refugiadas é um desafio global que envolve questões estruturais, políticas e humanitárias. Em contextos de conflito, migração forçada e deslocamento interno, muitas crianças são privadas do direito à educação logo nos primeiros anos de vida — um período crucial para seu desenvolvimento. Este tópico busca analisar as barreiras enfrentadas por essas crianças, como a falta de documentação, discriminação, infraestrutura inadequada e ausência de professores capacitados. Os delegados deverão apresentar soluções para garantir que crianças refugiadas tenham acesso a escolas seguras, inclusivas e preparadas para suas necessidades específicas. Também serão consideradas estratégias emergenciais, como o uso de tecnologias educacionais, cooperação internacional e financiamento humanitário voltado à educação de populações em situação de vulnerabilidade. A educação infantil é um instrumento essencial para a proteção, inclusão e construção de um futuro mais estável e justo.

1.2. Tópico 2: A Luta Contra o Trabalho Infantil

O trabalho infantil afeta cerca de 160 milhões de crianças em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, privando-as de educação e colocando-as em

condições de exploração e risco. Para erradicar essa prática, é fundamental adotar políticas eficazes, como legislações mais rigorosas, apoio econômico a famílias vulneráveis e o fortalecimento do sistema educacional. O UNICEF tem desempenhado um papel essencial em promover campanhas e apoiar governos na implementação de soluções, buscando garantir que todas as crianças possam crescer em um ambiente seguro e ter acesso a oportunidades que permitam um futuro melhor.

2. Países

1. **Canadá**
2. **Comunidade da Austrália**
3. **Estados Unidos da América**
4. **Estados Unidos Mexicanos**
5. **República Argentina**
6. **República da Turquia**
7. **República Federal da Alemanha**
8. **República Francesa**
9. **República Islâmica do Paquistão**
10. **República Italiana**
11. **República do Chile**
12. **República Federativa do Brasil**
13. **Reino da Suécia**
14. **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

2.1. Descrição dos países

1. **Canadá:** O Canadá é um parceiro comprometido do UNICEF, apoiando ações voltadas à igualdade de gênero, educação e saúde infantil, especialmente em contextos vulneráveis. O principal desafio é ampliar seu impacto global diante de limitações orçamentárias e prioridades diplomáticas.
2. **Austrália:** A Austrália é parceira do UNICEF, focando em educação, saúde e proteção de crianças, especialmente na região do Pacífico. O principal desafio é aumentar o impacto das ações frente a crises humanitárias e mudanças climáticas na região.
3. **Estados Unidos:** Os Estados Unidos são um dos principais financiadores e parceiros estratégicos do UNICEF, contribuindo com recursos e apoio técnico em diversas áreas humanitárias. O principal desafio é manter o compromisso político e financeiro constante, diante de mudanças internas e prioridades globais.
4. **México:** O México colabora com o UNICEF na implementação de políticas públicas para proteger crianças e adolescentes, especialmente migrantes e em situação de vulnerabilidade. O principal desafio é enfrentar a violência, a pobreza e garantir acesso igualitário a serviços básicos.
5. **Argentina:** A Argentina colabora com o UNICEF na promoção de direitos das crianças, especialmente em áreas de pobreza e desigualdade social. O principal desafio é fortalecer políticas públicas para reduzir a vulnerabilidade infantil em contextos econômicos instáveis.
6. **Turquia:** A Turquia é parceira do UNICEF, com forte atuação em programas de proteção infantil, educação e resposta a crises humanitárias, especialmente para refugiados. O principal desafio é lidar com o impacto prolongado de crises

migratórias e garantir apoio contínuo às crianças em situação de vulnerabilidade.

7. **Alemanha:** A Alemanha é uma das maiores doadoras do UNICEF, apoiando fortemente ações em crises humanitárias, educação e proteção infantil. O principal desafio é manter o nível de contribuição e alinhar ajuda humanitária com políticas de desenvolvimento sustentável.
8. **França:** A França é parceira ativa do UNICEF, promovendo os direitos das crianças e apoiando ações em educação, proteção e emergência humanitária. O principal desafio é ampliar sua influência internacional e garantir financiamento sustentável para programas em países francófonos em crise.
9. **Paquistão:** O Paquistão é parceiro do UNICEF, focando em saúde, educação e proteção infantil, especialmente em áreas afetadas por conflitos e desastres naturais. O principal desafio é superar desigualdades regionais e garantir acesso a serviços básicos para crianças vulneráveis.
10. **Itália:** A Itália é parceira do UNICEF, apoiando programas de saúde, educação e proteção infantil, além de atuar em respostas a emergências humanitárias. O principal desafio é garantir financiamento contínuo e fortalecer a cooperação internacional em crises.
11. **Chile:** O Chile defende o acesso universal à educação infantil, incluindo crianças refugiadas e migrantes, como parte de sua política de integração social. Promove a inclusão escolar por meio de programas públicos e cooperação com agências internacionais. Em relação ao trabalho infantil, o país é signatário de convenções da OIT e adota políticas públicas voltadas à erradicação progressiva da prática, com foco na proteção dos direitos da criança e no fortalecimento da educação como estratégia preventiva.

12. **Brasil:** O Brasil atua como parceiro estratégico do UNICEF, apoiando políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O principal desafio é reduzir desigualdades sociais e garantir acesso a direitos básicos, como saúde, educação e proteção.
13. **Suécia:** A Suécia é uma parceira importante do UNICEF, reconhecida por seu forte compromisso com direitos humanos, igualdade de gênero e proteção infantil. O principal desafio é manter e ampliar seu financiamento sustentável diante de demandas globais crescentes.
14. **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:** O Reino Unido é um parceiro e financiador importante do UNICEF, com foco em ajuda humanitária, saúde e educação infantil. O principal desafio é equilibrar cortes no orçamento de ajuda externa com o compromisso de apoiar crianças em contextos de crise.

3. Introdução

3. 1 Do Comitê

Este Comitê do UNICEF é um fórum internacional dedicado à promoção e proteção dos direitos das crianças em todo o mundo. Como agência das Nações Unidas, o UNICEF atua para assegurar que todas as crianças tenham acesso a oportunidades essenciais para seu desenvolvimento saudável e seguro, independentemente de sua origem, condição social ou situação geopolítica. Este comitê reúne delegados de diversos países para debater, formular e recomendar políticas e ações eficazes que contribuam para a melhoria da vida infantil globalmente, especialmente em contextos vulneráveis e de crise.

3.2. Introdução ao Tema do Comitê

A infância é um período fundamental para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos indivíduos, tornando a educação infantil um direito universal e uma prioridade global. Contudo, crianças refugiadas enfrentam inúmeras barreiras para acessar a educação, agravadas por situações de conflito, deslocamento e vulnerabilidade. Além disso, o trabalho infantil persiste como um dos maiores obstáculos à proteção e desenvolvimento das crianças, afetando milhões em todo o mundo e comprometendo seu direito à educação, saúde e segurança. Este comitê irá explorar esses desafios críticos, buscando soluções integradas e inovadoras que promovam o acesso à educação infantil para crianças refugiadas e combatam eficazmente o trabalho infantil, com base em políticas públicas, cooperação internacional e iniciativas humanitárias.

3. 3. Situação Atual do Comitê

O cenário global atual é marcado por crises humanitárias, conflitos prolongados, desigualdades sociais e deslocamentos massivos, que impactam diretamente o acesso das crianças a uma educação de qualidade e a sua proteção contra o trabalho precoce e exploratório. A pandemia de COVID-19 intensificou essas vulnerabilidades, causando interrupções educacionais e ampliando a pobreza em comunidades já fragilizadas. O aumento do número de refugiados e de cooperação entre países, organizações e sociedade civil para garantir que nenhuma criança seja deixada para trás.

5. Perguntas a considerar

1. Quais são os principais desafios enfrentados globalmente para garantir o acesso à educação infantil de qualidade para crianças refugiadas?
2. Como a comunidade internacional pode colaborar para remover barreiras como a falta de documentação, discriminação e infraestrutura precária nas escolas que recebem crianças refugiadas?
3. De que forma as tecnologias educacionais (como ensino remoto ou plataformas digitais) podem ser usadas como ferramenta emergencial em contextos de migração forçada e deslocamento?
4. Quais estratégias podem ser adotadas para garantir que professores e escolas estejam preparados para lidar com o trauma, a diversidade cultural e as necessidades específicas de crianças refugiadas?
5. Como os países podem equilibrar suas limitações econômicas com o dever de acolher e educar crianças refugiadas, especialmente em tempos de crise humanitária?
6. Quais políticas públicas globais têm se mostrado eficazes no combate ao trabalho infantil e como elas podem ser replicadas ou adaptadas por outros países?
7. De que forma a educação pode ser usada como ferramenta estratégica e preventiva contra o trabalho infantil, especialmente em regiões economicamente vulneráveis?
8. Como os governos e o setor privado podem trabalhar juntos para eliminar o trabalho infantil em cadeias produtivas, especialmente em setores como agricultura,

mineração e confecção?

9. Quais ações podem ser tomadas para garantir que a erradicação do trabalho infantil não prejudique as famílias que dependem da renda das crianças para sobreviver?
10. Como o UNICEF e outras organizações internacionais podem apoiar os países com menos recursos no enfrentamento do trabalho infantil sem interferir em suas soberanias nacionais?

6. Subtópicos - sugestão da mesa

6.1. Tópico 1

1.1. Falta de documentação e barreiras administrativas

Muitas crianças refugiadas não conseguem frequentar escolas formais por não possuírem documentos como certidão de nascimento ou registros escolares. Sem esses papéis, é comum que governos ou instituições educacionais neguem matrícula, o que cria um ciclo de exclusão.

1.2. Discriminação e dificuldades de integração

A língua, a religião e diferenças culturais podem gerar preconceito dentro das escolas, tanto por parte de colegas quanto de professores. Isso prejudica o desenvolvimento emocional das crianças refugiadas e pode levá-las ao abandono escolar.

1.3. Superlotação e infraestrutura insuficiente

Em países que recebem muitos refugiados, as escolas locais geralmente não estão preparadas para acolher um número tão elevado de novos alunos, resultando

em salas superlotadas, falta de professores e escassez de materiais.

1.4. Papel do país de acolhimento

Cabe aos governos anfitriões criar políticas inclusivas que permitam a matrícula imediata de refugiados, ofereçam apoio pedagógico e integrem essas crianças ao sistema educacional com respeito às suas necessidades específicas.

1.5. Apoio internacional e financiamento externo

Países em desenvolvimento muitas vezes não têm recursos para lidar sozinhos com a educação de refugiados. Por isso, a cooperação internacional e o financiamento de nações mais ricas ou de agências como o UNICEF são essenciais para viabilizar soluções concretas.

1.6. Iniciativas alternativas de educação

Projetos como escolas temporárias, ensino à distância e programas educativos em campos de refugiados oferecem alternativas quando o acesso ao ensino formal não é possível. Essas soluções devem ser bem estruturadas para garantir qualidade.

1.7. O papel do UNICEF e de seus comitês nacionais

O UNICEF atua diretamente em campo com programas voltados à inclusão escolar de refugiados, ao mesmo tempo em que mobiliza recursos, promove campanhas e assessora governos na criação de políticas públicas mais eficazes.

6.2. Tópico 2

2.1. Causas estruturais do trabalho infantil

A pobreza extrema, o desemprego dos adultos e a ausência de políticas públicas eficazes obrigam muitas crianças a trabalhar para ajudar no sustento da família, principalmente em regiões onde o acesso à educação é limitado.

2.2. Setores mais afetados pelo trabalho infantil

Crianças estão especialmente presentes em setores como agricultura, construção civil, trabalho doméstico e comércio informal. Muitas vezes, elas realizam tarefas perigosas, que colocam em risco sua saúde física e mental.

2.3. Efeitos do trabalho infantil no desenvolvimento

Trabalhar desde cedo impede que crianças estudem, compromete seu aprendizado, limita suas oportunidades futuras e aumenta sua vulnerabilidade à exploração e à violência.

2.4. Educação como ferramenta de combate

Manter crianças na escola, oferecer merenda, bolsas de estudo e transporte gratuito são estratégias eficientes para prevenir o trabalho infantil e garantir oportunidades reais de desenvolvimento.

2.5. Legislação e fiscalização efetiva

É fundamental que os países tenham leis claras contra o trabalho infantil e que essas leis sejam fiscalizadas com seriedade. Isso envolve a atuação conjunta de governos, conselhos tutelares, justiça do trabalho e sociedade civil.

2.6. Apoio às famílias em situação de vulnerabilidade

Programas sociais que apoiem economicamente as famílias, como auxílio financeiro ou capacitação profissional dos pais, são fundamentais para que as crianças não precisem abandonar a escola para trabalhar.

2.7. Responsabilidade das empresas e cadeias produtivas

Empresas precisam ser responsabilizadas quando permitem, direta ou indiretamente, o uso de mão de obra infantil. Ações como auditorias, selos de produção ética e leis internacionais de comércio justo ajudam a enfrentar o problema.

2.8. Contribuição do UNICEF no enfrentamento ao trabalho infantil

O UNICEF desenvolve projetos com governos e ONGs para prevenir e combater o trabalho infantil, promove campanhas educativas, apoia a criação de políticas públicas e atua junto às comunidades mais afetadas.